

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**História, hegemonia e senso comum: a trama do agronegócio em regiões
do Cerrado brasileiro**

Dilma Andrade de Paula*

Resumo

O agronegócio tem sido amplamente elogiado pelos grandes aparatos de comunicação privada e pelos porta vozes do governo Lula da Silva, por ter aumentado expressivamente sua participação na pauta de exportações brasileiras nos últimos anos. No caso do cerrado, pretende-se demonstrar que no exercício da hegemonia, o agronegócio passou a valorizar por um lado, a incorporação dos argumentos “científicos/ambientais” que fundamentam o discurso e a prática de organizações e movimentos ambientalistas, por outro, em que pese a manutenção da violência, os instrumentos de cooptação passam a ser ativados com mais frequência.

Palavras chave: agronegócio, hegemonia, Cerrado

Abstract

Agribusiness has been widely acclaimed in the media, both private and governmental, as having substantially boosted its participation in the forefront of Brazilian exports over the recent past years. In this case of Cerrado region, the main purpose of this paper is to show that, in exercising its hegemony, agribusiness has, on the one hand, come to prize the incorporation of the “scientific environmental” arguments that are the grounds for the discourse and practices of the environment organizations and movements and, on the other hand, notwithstanding the maintenance of violence, it has tended to activate its cooptation instruments more frequently.

Key words: agribusiness, hegemony, Cerrado

A região do Cerrado brasileiro, que perpassa vários estados do Brasil Central até alguns em menor extensão do Norte e Nordeste, que outrora fora considerado como área improdutiva, devido à acidez dos solos, a partir dos anos 1970 comportou investimentos maciços de capital em todas as suas formas, tendo atualmente vastas áreas produzindo grãos para exportação.¹ Segundo Ricardo Ribeiro, autor de um monumental trabalho de pesquisa sobre a constituição histórico-social-ambiental do Cerrado, principalmente em sua extensão no estado de Minas Gerais:

* Professora Adjunta do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica.

¹ O Cerrado é um dos oito ecossistemas brasileiros, além da Floresta Amazônica, Campos do Sul, Mata de Araucárias, Caatinga, Mata Atlântica, Cocais e Pantanal. Está conectado com quase todos os demais, “constituindo áreas de transição entre eles e representando um ponto de equilíbrio entre as diversas paisagens brasileiras” (Ribeiro, 2005:47), embora visto como de menor importância e “pobre”.

O Cerrado se constituiu, recentemente, numa enorme fronteira agrícola, que em grande parte, substituiu a Amazônia como espaço possível de expansão econômica rumo ao interior. Ao contrário desta, cuja preservação se transformou em preocupação internacional, o Cerrado tem sido esquecido como bioma. Um exemplo disto é a sua exclusão do capítulo sobre meio ambiente da Constituição Federal de 1988, que representou um avanço na preservação dos ecossistemas brasileiros. Ele reconhece a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional, assegurando que o seu uso será dentro de condições que preservem o meio ambiente (2005:53).

A produção política de regiões do cerrado no Centro-Oeste ganhou legitimidade após a construção de Brasília, em 1960, nos caminhos do desenvolvimentismo conservador, que passou a irradiar novos pólos de expansão econômica, mudando também o eixo das comunicações e criando novas sinergias, interligando as extremas regiões do Brasil, segundo Tânia B. de Araújo (1998:164).

A fabricada vocação ruralista do Brasil central paradoxalmente começava a inserir-se progressivamente na lógica urbano-industrial-financeira, ao atrair diversas empresas de capital nacional e internacional.² Dessa forma, foi realizado todo um esforço econômico e cultural para a incorporação dos cerrados de Minas Gerais à fronteira agrícola. Muito longe de se considerar a riqueza desse bioma, ao contrário, seus solos ácidos teriam a chance de serem “aproveitados para fins agrícolas”:

Atualmente constituem-se em terras inaproveitadas ou semi-aproveitadas por pequenas lavouras ou por intensiva pecuária. De acordo com dados disponíveis é fácil antever que eles podem transformar-se em apreciáveis áreas para implementação de lavoura em larga escala, favorecidas ainda por excelentes condições topográficas para a prática do cultivo mecanizado. Além disso, as jazidas espalhadas por toda a área garantem o calcáreo necessário para a correção da acidez do solo e a rede hidrográfica abundante proporciona energia a baixo preço e irrigação constante. (Minas Gerais, 23/06/1979:01)

Nesse discurso, a noção de natureza é meramente instrumental e a questão é como aproveitar um solo pobre para fins econômicos, desconsiderando-se o seu papel na manutenção de todo um conjunto de seres vivos. De fato, desde 1976 o cerrado brasileiro veio sendo alvo de novos “aproveitamentos”, começando com o POLOCENTRO, em 1975 (abrangendo os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e depois seguido, em 1979 pelo PRODECER I – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados ou JICA – Japan International Cooperation Agency, articulando novos interesses internacionais, por meio do

² Em 1974, por meio de Jornal Minas Gerais, órgão oficial de divulgação do Estado, noticiava-se a inauguração de silos na cidade de Uberlândia e afirmando no subtítulo da matéria: “estamos voltando racionalmente para nossa vocação agrícola”. Graças ao apoio do governo CASEMG caminha firme e significativamente para alcançar seus objetivos. (Jornal Minas Gerais, 03/05/1974, n. 84: 04) Acervo privado: Geovanna de Lourdes Ramos.

capital japonês e programado para ser desenvolvido nos municípios mineiros de Coromandel, Irai de Minas e Paracatu.³ A pecuária extensiva cedia espaço aos cultivos da soja, milho, ervilha, trigo e café que passaram também a capitanear os principais investimentos, com a conseqüente valorização das e disputas pelas terras. A grande vantagem dessa nova fronteira seria sua localização junto aos grandes mercados urbanos do país. A característica dessa formação, de uma vegetação mais esparsa também facilitou sua derrubada e a expansão dos cultivos. Até então, já sofria depredação devido à extração de madeira para lenha e carvão, para uso doméstico e industrial. Mas, sem dúvida, a ocupação com monoculturas e a pecuária tem sido persistentemente ainda mais destrutivas.

A valorização econômica e política de áreas do cerrado durante o Regime Militar, passava pelo investimento em corredores de exportação para a safra agrícola, direcionando o investimento às ferrovias que serviam a essas áreas e à construção e pavimentação de rodovias, à construção de silos, pesquisa agropecuária, projetos de implementação do setor de energia, assistência e crédito rural, o que acabaria provocando um efeito-cascata sobre outros setores. Em Uberlândia, município localizado no Triângulo mineiro, por exemplo, desencadeia-se todo um esforço de desenvolvimento do setor industrial, com novos incentivos fiscais, com a implantação de centros de formação de mão-de-obra para a indústria e para o comércio, como o SENAC (1974), com a realização de Feiras da Indústria, reunindo empresas mineiras, goianas e paulistas. Data dessa década também, a instalação de grandes fábricas, como Souza Cruz, Daiwa do Brasil Têxtil Ltda, Coca-Cola, etc.⁴

Evidentemente, que, para tais realizações fosse necessário costurar uma eficaz aliança política, estampada no Jornal oficial *Minas Gerais*, com o título de “Desenvolvimento global”:

A partir de 64 e, mais recentemente, nos dois últimos períodos administrativos, os programas de governo vêm-se caracterizando por um espírito de integração que reflete na prática, a tradição histórica da unidade nacional. Por um lado, unem-se, em um esforço comum, os governos da União e dos estados, em busca de idênticos objetivos, da mesma forma como assim também têm agido o poder público e o empresário particular – ambos identificados, hoje, na luta pelo mesmo ideal de progresso e bem-estar social. (...) Assim, distancia-se na história a época em que as divergências partidárias – e às vezes até as pessoais – colocavam em pólos antagônicos os governos estaduais e federal (...) Nessa mentalidade de “integração”, o governador Aureliano Chaves visitou Uberlândia, Patos de Minas e Cláudio. (Minas Gerais, 26/05/1976, n. 99)

³ Cf. Vera Lúcia Salazar Pessoa (1988: 02-08 e p. 100) em 1980 foi criada uma CPI-comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o PRODECER I ou o que teria levado o governo brasileiro a assinar acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de hectares de cerrado. Contou também com a oposição da CONTAG, CNBB e até algumas entidades patronais que, certamente, ficaram alijadas desse novo acordo, p. 125/126.

⁴ Cf. Jornal *Estado de Minas Gerais*, 1970-1986.

Tais ideais de progresso e bem-estar, cimentados na “harmonia” entre estados e governo federal, eram construídos pelos representantes, no Estado, dos interesses das empreiteiras, de grandes empresas agrícolas e industriais, como se pode ver nos quadros a seguir, ilustrativamente somente durante o governo Rondon Pacheco (1971-75):

Quadro 1. Cargos e Agentes

Gov. Federal	Gov. Estadual	Ministério Agricultura	Ministério dos Transportes	Diretoria DNER
1969-1973 Emílio G. Médici	Rondon Pacheco	Alysson Paulinelli	Mário Andreazza	Eliseu Resende

Quadro 2: Agentes e Atividades

Agentes	Atividades
Emílio G. Médici	<i>Emílio Garrastazu Médici</i> nasceu em Bagé (RS) no dia 4 de dezembro de 1905, filho de Emílio Médici e de Júlia Garrastazu Médici. Seu pai era comerciante e fazendeiro de origem italiana e sua mãe descendia de ricos estancieiros de origem basca espanhola. Teve uma ascendente carreira no meio militar, sendo que no dia 17 de março de 1967, dois dias após a posse de Costa e Silva na presidência da República, Médici foi investido na chefia do SNI, em substituição ao general Golberi do Couto e Silva, o que lhe rendeu grande prestígio no meio militar. “Em 25 de outubro de 1969, com 239 votos a favor e 76 abstenções - do MDB -, Médici foi eleito pelo Congresso presidente da República, tendo como vice-presidente o almirante Augusto Rademaker. No dia 28 de outubro, convidou o senador Filinto Müller e o deputado Geraldo Freire para exercerem a liderança do governo nas duas casas legislativas, e o deputado mineiro Rondon Pacheco - ex-chefe do Gabinete Civil do governo Costa e Silva - para ocupar a presidência da Arena.” www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes
Rondon Pacheco	Nasceu em, Uberlândia, em 31 de julho de 1919. Bacharel em Direito, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, turma de 1943, exercendo suas atividades em Belo Horizonte. Foi deputado estadual e membro da Constituinte Mineira de 1946. Deputado Federal em cinco legislaturas, secretário de Estado e do Interior e Justiça, em Minas. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República no Governo Costa e Silva. Foi Governador de Minas no período de 1971/1975, sendo eleito de forma indireta, conforme a Constituição de 1967/1969 e o AI-2. “E neste cargo, implementou ações que viabilizaram a vinda para a nossa cidade das principais empresas nacionais e internacionais, tornando a nossa cidade um ponto de referência no desenvolvimento industrial.” (Prêmio Rondon Pacheco de Mérito ao Desenvolvimento. Câmara Municipal de Uberlândia. www.camaradeuberlandia.mg.gov.br . Arquivo acessado em 31/03/2007)
Alysson Paulinelli	Na gestão 1974-1979, o agrônomo e produtor (grãos, fruticultura e pecuária de corte) Alysson Paulinelli era o ministro da Agricultura. Foi deputado federal constituinte, secretário estadual de agricultura, pecuária e abastecimento de Minas Gerais duas vezes, Presidente da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e do Fórum Nacional da Agricultura.
Mário Andreazza	Oficial-gabinete do Gal. Arthur da Costa e Silva; Ministro dos Transportes (1967-1974); Ministro do Interior (1979). Membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Adjunto do Conselho de Segurança Militar (1961); Participou da elaboração do AI-5. Presidência da CEC - EQUIPAMENTOS MARÍTIMOS (1974) E INDUSTRIAIS e Presidência da Companhia de Seguros Atlântica Boa Vista
Eliseu Resende	Mineiro nascido em Oliveira/MG - 07.02.1929. “Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tendo obtido o "Master of Sciences" e o "Doctor of Philosophy" (Ph.D) pela Universidade de Nova Iorque. Foi professor Catedrático da Escola de

<p>Engenharia da UFMG do Curso de Engenharia Nuclear do Instituto de Pesquisas Radioativas e Professor Titular da Universidade Católica de Minas Gerais. Exerceu os cargos de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e de Ministro de Estado dos Transportes. A partir de 1983 foi eleito Diretor-Presidente das Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB) Presidente do conselho de Administração da Companhia Petroquímica Camaçari (CPC) membro do Conselho de Administração da COPENE - Petroquímica do Nordeste S/A membro do Conselho de Administração da SALGEMA - Indústrias Químicas S/A membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em 4 de junho de 1990 foi eleito Diretor-Presidente de FURNAS - Centrais Elétricas S/A membro do Conselho de Administração da Nuclebrás Engenharia S/A - NUCLEN. Em 21 de outubro de 1992 foi nomeado Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS.” Cf. www.fazenda.gov.br/português/istitucional. Acessado em 03 de março de 2007</p>

Pode-se observar que os titulares de pastas-chave, como Ministérios da Agricultura e Transportes, tiveram amplo trânsito em setores público e privado, possivelmente capitaneando interesses privados com as benesses públicas. Atualmente, Alysso Paulineli, por exemplo, é consultor de diversas empresas particulares do ramo do agronegócio, como Manah, Bunge e Serrana, nas quais também pertence ao Conselho Administrativo. É também representante do setor produtivo no Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro) e da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio – RIPA, realizando palestras, workshops e gestando informação (e formação) para o site na Rede Mundial de Computadores (www.ripa.com.br). O portal, para o ex-ministro é o: “*‘centro democrático do processo’ porque está sempre on line, é aberto e vai receber todo tipo de sugestão, requerimento, inovação, ofertas de competência*” (Portal Ripa: 18/06/2006). Em junho de 2006, ganhou o “Prêmio Mundial da Alimentação”, homenagem a quem ajuda a melhorar a qualidade, disponibilidade e quantidade de alimentos, junto com Edson Lobato (ex-chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Cerrados (Planaltina-DF)) e o pesquisador do Instituto Internacional de Pesquisa, dos Estados Unidos, Colin MacClung. Segundo o sítio da Embrapa, “em 20 anos de premiação, é a primeira vez em que há três vencedores. Eles foram apontados como os responsáveis pela transformação da estéril região do Cerrado brasileiro num dos mais produtivos celeiros do mundo.” E, ainda:

O Prêmio Mundial de Alimentos foi criado por Norman E. Borlaug, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1970. De acordo com o presidente da Fundação Prêmio Mundial de Alimentos, Kenneth M. Quinn, o trabalho do trio “ampliou a produção agrícola e ajudou a melhorar as condições econômicas e sociais no Brasil”. A dupla brasileira e o pesquisador americano, segundo os organizadores do prêmio, exerceram papel vital em transformar o Cerrado –outrora uma região infértil– em uma terra altamente produtiva para o cultivo de grãos. (Prêmio internacional reconhece trabalho desenvolvido no Cerrado (19/06/2006). Cf. www.embrapa.br/noticias. Arquivo acessado em 03 de março de 2007)

A própria Embrapa noticia que desde sua fundação, em 1973, “contribui para o sucesso do agronegócio e do desenvolvimento sustentável.” (Cf. Linha de Ação. www.embrapa.br/noticias. Arquivo acessado em 03 de março de 2007.)

O que queremos mostrar com os quadros, com a citação acima e com o exemplo do ex-ministro Paulinelli é que, embora haja diferenças no processo de expansão de fronteiras na década de 1970, sob a égide do Estado e no pós-1990, sob a lógica dos “mercados globalizados” (Paula, 2005) muito do que foi realizado naquele período, em termos de benefícios estatais à expansão capitalista, acabou construindo caminhos para essa fase atual.

Projetos estratégicos como PRODECER ou POLOCENTRO, que visavam, em tese, a “modernização” da agricultura, alcançaram dois grandes objetivos, segundo Vera Salazar Pessoa: “a introdução de novas culturas no cerrado (soja, café e trigo) e a valorização do preço das terras em decorrência da infra-estrutura implantada na região. Porém, os beneficiados constituíam apenas uma parcela da propriedade rural que detém recursos de capital”.(1988:108). Embora esses projetos tivessem suas especificidades regionais, geralmente não desenvolvidos integralmente, a atuação de agentes ou intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano, como Paulinelli, que também é um produtor, mostra uma das faces dessa ponte atual com os projetos da ditadura militar.⁵ Essas informações são fáceis de serem localizadas e recolhidas, principalmente pelos sítios da web, mas nem sempre são conectadas com um panorama mais amplo. O recorte, a dispersão e a multiplicidade ao infinito de notícias são também características do momento atual. Em termos gramscianos, esses aparelhos privados de hegemonia (os sítios web, revistas e demais instrumentos de mídia), além das palestras e workshops, funcionam como divulgadores e organizadores do agronegócio.

De que forma, então, essa hegemonia do agronegócio vem sendo tecida e atualizada?

Sonia Regina de Mendonça desvenda as entranhas da gestação e desenvolvimento desse processo, tratando do processo de construção de hegemonia de um novo segmento patronal rural no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, por meio de projetos e estratégias políticas adotadas pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras e, por sua criatura desde 1993, a ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness, cuja liderança mais destacada é Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura do primeiro governo Lula da Silva. Para a autora, “as lideranças da OCB recriaram a noção de agricultura, atrelando-a àquela bem mais ampla, de ‘agronegócio’, não mais limitada à atividade agrícola propriamente dita”.(2006) Embora

⁵ Mais uma vez nos reportamos ao estudo já citado de Sonia Mendonça que mostra as trajetórias pelas esferas públicas e privadas nacionais e internacionais, da diretoria da OCB e da ABAG.

esse processo tenha suas origens na década de 1970, denominado e repetido acriticamente por setores da mídia e por intelectuais, de “modernização da agricultura brasileira”, na sua versão atual encontra-se profundamente associado às atividades financeiras e pautada em três noções: competitividade, tecnologia e gestão.⁶ A autora ressalta, ainda, o papel da imprensa na construção do consenso em torno dessa nova entidade, veiculando mensagens progressistas ligadas ao agro. A modernização da agricultura, portanto, está em seu ápice, pois envolvida por uma rede financeira nacional e internacional, altamente tecnologizada e concentradora, englobando empresas que vão desde aquelas que se dedicam à produção e aperfeiçoamento de sementes até as ligadas à mídia, como a TV Globo. Segundo os estudos de Sonia Mendonça a ABAG reuniria cerca de 59 membros, algumas sendo cooperativas originárias da OCB e muitas outras que envolvem conglomerados diversos como Algar SA, Pionner, Bunge, etc. De todas, há um predomínio absoluto de grandes empresas internacionais do agribusiness junto aos quadros da ABAG, “mormente aquelas ligadas ao setor químico, num total de dezoito empresas, do porte da Monsanto, AGCO do Brasil; Bayer Cropscience LTDA; Du Pont do Brasil AS; Pioneer Sementes ou John Deere Brasil Ltda, etc.” (2006: 27)

A hegemonia do agronegócio comporta, então uma série de desdobramentos em termos de política e produção agrícola, de concentração de capital, de relações de trabalho (na medida em que a tecnificação é usada como explicação para o largo desemprego e precarização das relações de trabalho), de nocivos efeitos sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, sobre as condições de vida de vastas populações.⁷ Mas, tudo isso envolto em preocupações supostamente ecológicas, divulgadas por ONGs e empresas, nos argumentos de um desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, de uma “economia sustentável”.

No campo do senso comum, portanto, existe de um lado o extremado otimismo e de outro, algumas denúncias e lamentos – nem sempre relacionadas criticamente com o avanço do agronegócio e das monoculturas – sobre os efeitos do êxodo rural, da destruição da flora e fauna nativas e com elas, a mudança climática, a poluição e esgotamento progressivo de reservas de água, afetando variados setores sociais.

⁶ “logo, a noção de “agribusiness” organizou e instrumentalizou um poderoso complexo de operações de cunho muito mais comercial e financeiro e cuja importância não pode ser aquilatada, apenas, por seu desempenho econômico mas, sobretudo, por sua influência política (Mendonça, 2006:25)

⁷ O cultivo da soja transgênica é um exemplo ainda mal divulgado de destruição sistemática de condições de vida presente e futuras. A Argentina foi escolhida, desde 1996, pela norte-americana Monsanto para experimentar massivamente a produção da soja OGM, geneticamente modificada. Devido a fatores diversos, o cultivo se espalhou rapidamente ocupando de 6 milhões de hectares a 15,2 atualmente. Os efeitos sócio-ambientais já estão sendo sentidos: a exposição de agricultores ao Roundup, de propriedade da Monsanto, provoca graves danos ao aparelho respiratório. Por outro lado, acelerado desflorestamento, concentração de terras e redução do plantio de outras culturas. (Viollat, 2006)

Bibliografia

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Elogio da diversidade regional brasileira. In: BENJAMIN, C. et. Al. (orgs). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 9ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. *Antítese – marxismo e cultura socialista*, Goiânia-Go, n. 2., maio de 2006, p. 11-29.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PAULA, Elder. *(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*, Rio Branco: Edufac, 2006.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar (1988). Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG. Rio Claro, SP. IGCE/UNESP, Tese (doutoramento em Geografia).

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.